

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

Título: Eletrobrás registra 5º prejuízo em 6 anos 7

Valor Econômico

Título: Governo cogita parcelar bônus do pré-sal 20

Título: Investimento de R\$ 14 bi é inviável para Eletrobrás estatal, diz CEO 23

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2

Título: Etanol e elétrons 2

Título: Parente: impasse fiscal no Rio afasta petroleiras do país 3

Título: Com obstáculos na privatização, Eletrobras tem perda de R\$ 1,7 bi 5

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 7

Título: Eletrobrás registra 5º prejuízo em 6 anos 7

Título: Sem Repetro, leilão de petróleo pode ser esvaziado 8

Título: Cade processa UTC pelo não pagamento de multa 10

VEÍCULO: Folha de S. Paulo 11

Título: Fabricantes de aço e alumínio do Brasil negociam cotas com EUA 11

Título: Atrelar gasto a créditos ou receitas extras preservaria regra de ouro 12

Título: Licitações do pré-sal começam com perspectivas de grandes disputas 14

Título: Eletrobrás tem prejuízo de R\$ 1,7 bi em 2017 16

Título: Ação da Sabesp despenca com proposta baixa de reajuste 16

Título: Eletrobrás: perda de R\$ 1,7 bi 18

VEÍCULO:	Correio Braziliense	19
	Título: Tarifas da CEB devem aumentar.....	19
VEÍCULO:	Valor Econômico	20
	Título: Governo cogita parcelar bônus do pré-sal.....	20
	Título: Deputados apresentam mais de 300 emendas a projeto da privatização	21
	Título: Investimento de R\$ 14 bi é inviável para Eletrobrás estatal, diz CEO	23
	Título: Curtas	24
	Título: Petroleiras terão nova rodada para aquisições no país.....	25
	Título: Presidente da Alerj deve adiar discussão do Repetro	27
	Título: Petrobras terá participação seletiva e com sócios	28
	Título: Light mapeia área de risco para rever metas regulatórias	31
	Título: Privatização da Eletrobrás depende de solução para Angra 3	33
	Título: Estatal pode ter provisão de R\$ 2 bi em Belo Monte	35
	Título: Lucro da CPFL avança com retomada da demanda	36
	Título: Tratativas sobre nafta andam em ritmo lento.....	37
	Título: Nova política da Vale deve atrelar pagamento de dividendo a Ebitda.....	39
	Título: CSN promete, outra vez, vender ativos para abater dívida.....	40
	Título: Clealco busca novos investidores	41
	Título: Justiça rejeita oferta de compra da São Fernando	43

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Tasso Azevedo

Título: Etanol e elétrons

A história recente do etanol do Brasil é um caso único de sucesso de implementação em larga escala de uma alternativa ao uso de combustíveis fósseis. A combinação da tecnologia de produção de etanol em grandes quantidades associada ao desenvolvimento dos motores flex (ou bicompostíveis) foi chave para este sucesso. Hoje, quase 75% da frota circulante de veículos leves no Brasil são flex; portanto, podem rodar com qualquer

mistura de gasolina e etanol. A substituição da gasolina pelo etanol traz vários benefícios, entre eles a redução das emissões de poluentes locais de carbono. Ao crescer, a cana capta carbono da atmosfera através da fotossíntese e, ao queimar o combustível, o carbono que havia sido capturado volta para atmosfera.

Com o fim progressivo da prática da queima da cana antes da colheita, há ainda um acúmulo de carbono no solo. Assim, o sistema pode até ser positivo, capturando mais carbono do que emite. Mas esta conta só fecha se os plantios de cana não envolverem novos desmatamentos (que emitem milhões de toneladas de carbono). Estudos conduzidos por instituições públicas e privadas, nos últimos anos, apontam que o crescimento dos novos plantios de cana desde o ano 2000 se deu sobre áreas já desmatadas há muito tempo, especialmente de pastos. Em São Paulo, o maior estado produtor, menos de 1% dos novos plantios está associado a áreas com desmatamento pós-2000.

O veto vigente à expansão da cana na Amazônia é defendido pela própria indústria sucroalcooleira e por ambientalistas. Isto, certamente, tem ajudado a manter tal condição. Apesar de quase 75% da frota de veículos leves serem flex, a escolha de abastecer com etanol representa menos de 25% do consumo total de combustível destes veículos. Ou seja, o potencial de redução de emissões de gases de efeito estufa pelo programa de etanol no Brasil ainda é pouco explorado. Se todos os veículos flex se abastecessem apenas com etanol, haveria uma redução adicional das emissões em quase 35 milhões de toneladas de CO₂e por ano — o que equivale às emissões somadas de ônibus e aeronaves do país em 2016.

O futuro do transporte está na eletrificação. O motor a combustão está com os dias contados. No Brasil, isso faz ainda mais sentido, considerando que 80% de nossa matriz elétrica são renováveis. Mas a troca de toda a frota circulante demorará décadas, e o Brasil tem uma condição única para fazer esta transição: reduzir as emissões da frota já existente a partir de políticas e estímulos ao uso dos biocombustíveis. Ao mesmo tempo, será necessário a indústria sucroalcooleira do Brasil se adaptar para se transformar numa indústria bioquímica e bioenergética, substituindo a petroquímica e a geração termoelétrica com combustíveis fósseis. Isso é a cara da nova economia.

Tasso Azevedo é engenheiro florestal

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordóñez e Bruno Rosa

Título: Parente: impasse fiscal no Rio afasta petroleiras do país

Para o presidente da Petrobras, taxar investimentos é "irracional".

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, afirmou ontem que uma eventual saída do Estado do Rio do Repetro — regime tributário especial que isenta de impostos a aquisição, no país e no exterior, de equipamentos para a indústria do petróleo — pode afastar petroleiras do Brasil. Ele afirmou que a incerteza tributária não afeta apenas o Rio, mas todo o país.

Ao apresentar o Plano de Negócios da Petrobras para o período entre 2018 e 2022 na sede da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Parente aproveitou para fazer coro com os empresários do setor contra a proposta em tramitação na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) de limitar a isenção fiscal à fase de exploração de campos de petróleo, com cobrança de 20% de ICMS na fase de produção.

— Muitas empresas podem sim desistir de investir no Brasil e investir em outras áreas quase tão boas quanto o nosso pré-sal. Se a Petrobras é brasileira e vai continuar pensando em nosso país, as demais empresas podem sair — disse Parente. — Taxar investimentos é uma das coisas mais irracionais que podem existir.

SEM DECISÃO ANTES DA RODADA

O presidente da Petrobras acrescentou que se reuniu recentemente com o presidente da Alerj, André Ceciliano (PMDB), e outros deputados estaduais, como Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB), para tratar do assunto. Os dois são autores de propostas que alteram a adesão ao Repetro pelo governo do Rio, formalizada em fevereiro. Eles alegam que a crise financeira do estado não recomenda renúncia fiscal sem garantia de benefícios. O presidente da Firjan, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, que apoiou o discurso de Parente, almoçou ontem com Ceciliano.

A Alerj decidiu ontem que não votará a proposta de decreto legislativo de Luiz Paulo esta semana, afastando a possibilidade de solução para o impasse entre Alerj e governo estadual em torno do Repetro antes da 15^ª rodada de licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP), marcada para amanhã. Segundo Ceciliano, por questões regimentais, o tema só poderá ir a plenário na semana que vem.

— Acredito que a maioria dos deputados de partidos da base do governo, assim como os da oposição, votará a favor da adesão total ao Repetro — disse o deputado Carlos Osorio (PSDB).

Na 15.ª rodada, serão ofertados 70 blocos. Entre os mais cobiçados estão os das bacias de Campos e de Santos, próximos da área do pré-sal. Boa parte fica na

costa fluminense. Parente afirmou que a Petrobras vai participar de "maneira seletiva" no leilão de amanhã: — Acho que vamos ter um bom leilão. Nesses campos que exigem maior investimento e, portanto, têm um nível de risco maior, o modelo mais adequado é de parceria.

Estatual adia parada de fábricas

FERTILIZANTES

A Petrobras adiou por 120 dias a paralisação de fábricas de fertilizante sem Sergipe e na Bahia, prevista para o fim do primeiro semestre. As duas unidades acumularam R\$ 800 milhões em prejuízos no ano passado. Após forte pressão dos estados, que temem impactos nas economias locais, a estatal informou que concordou com a criação de comissões estaduais para "avaliar alternativas".

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca e Eliane Oliveira

Título: Com obstáculos na privatização, Eletrobras tem perda de R\$ 1,7 bi

Governo deve fazer troca em comissão para projeto avançar, diz relator

Em meio às discussões sobre a privatização da Eletrobras, a estatal anunciou ontem prejuízo de R\$ 1,7 bilhão em 2017 ante um lucro de R\$ 3,5 bilhões no ano anterior, mas que havia sido inflado por receitas extraordinárias. O processo de venda da companhia enfrenta uma série de obstáculos. Um deles, segundo o balanço divulgado ontem, diz respeito ao custo de liquidação das distribuidoras de energia (do Norte e Nordeste), estimado em R\$ 21,5 bilhões e que terá de ser arcado pela empresa se não houver investidores interessados no leilão dessas subsidiárias — uma das primeiras etapas da privatização. No Congresso, o projeto que trata do assunto também não consegue avançar, um agravante diante do cronograma apertado do governo, que quer concluir a operação no mercado em novembro.

O alerta foi feito ontem pelo relator da proposta na comissão que discute a matéria, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA). Ao lado de quatro ministros de Estado, ele afirmou que, se o governo não se empenhar mais para aprovar a proposta, será derrotado ainda na comissão.

— Trabalhamos na comissão com meia dúzia de deputados da base do governo e 15 da oposição. É preciso que o governo mude o time. O time que está lá vai perder — disse. — O governo precisa desenvolver mais energia porque o

projeto é bom, e é preciso convencer os deputados disso. Estou convencido de que temos um bom projeto na mão, e o Congresso precisa ser convencido disso.

Segundo o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior, a janela de oportunidade para a emissão de ações — a fim de aumentar o capital da companhia e viabilizar a privatização — fica entre novembro (a partir do dia 15) e início de janeiro. Ele explicou que os parâmetros da operação são baseados no balanço mais recente, do terceiro trimestre no caso (que tem data-limite para publicação).

Mas, para que isso se concretize, destacou, é preciso cumprir várias etapas, de forma concomitante, ainda no primeiro semestre. Entre elas, aprovar no Congresso o projeto que dá as linhas gerais da privatização, a conclusão dos estudos da modelagem pelo BNDES e a operação de cisão de Eletronuclear e Itaipu, que serão apartadas da companhia.

PARADA DE ANGRA 3 É ENTRAVE

Segundo Ferreira, a paralisação das obras de Angra 3 é um dos entraves do processo de separação das empresas. A cisão das usinas precisa ser feita para limpar o balanço da Eletrobras. No caso de Angra 3, a companhia já investiu R\$ 11,2 bilhões. Como parte desta cifra é financiamento que terá de começar a ser pago (a BNDES e Caixa Econômica Federal), a Eletrobras foi obrigada a reconhecer no balanço de 2017 uma perda de R\$ 990 milhões.

Ferreira Júnior defendeu a retomada da obra paralisaada pela Operação Lava-Jato e que tinha previsão de ser entregue em 2024 como forma de recuperar parte dos investimentos. A medida depende de aprovação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Em caso de parecer favorável, o empreendimento poderia ser concluído em 2025 (63% da obra já estão adiantados).

O balanço de 2017 reconheceu perdas da Eletrobras decorrentes de investimentos em sociedades de propósito específico (SPEs), de R\$ 617 milhões. No total, o valor da provisão atingiu R\$ 4,6 bilhões, incluindo outros itens, como prejuízo no segmento de distribuição de energia.

— Sem as provisões, teríamos um lucro de quase R\$ 4 bilhões — disse Ferreira.

Na segunda-feira, a empresa lançou um Programa de Demissão Consensual (PDC), que prevê a saída de até 3 mil funcionários.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Lu Aiko Otta, Luciana Collet, Lorena Rodrigues E Igor Gadelha****Título: Eletrobrás registra 5º prejuízo em 6 anos**

Energia. Perdas da estatal somam R\$ 28 bilhões desde 2012 e reforçam discurso do governo em favor da privatização; projeto, no entanto, enfrenta resistência de parlamentares da oposição e da base aliada; TCU e Aneel também levantam questionamentos.

Em meio às discussões de privatização, a Eletrobrás divulgou ontem mais um prejuízo bilionário. Ao todo, nos últimos seis anos, a estatal de energia acumula perdas de R\$ 28 bilhões. O resultado reforça os argumentos do governo e da diretoria da empresa em favor da venda, no momento em que o projeto de privatização está travado no Congresso. Além da resistência dos parlamentares, a transferência da estatal para a iniciativa privada também é alvo de questionamentos do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O governo fez uma defesa da privatização, ontem, durante um evento no TCU. Além do presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Junior (que assumiu a companhia em 2016 com a missão de prepará-la para a venda), uma comitiva de ministros defendeu a proposta - **Fernando Coelho Filho, de Minas e Energia;** Henrique Meirelles, da Fazenda; e Dyogo Oliveira, do Planejamento.

O maior desafio do Palácio do Planalto, por enquanto, está no Congresso Nacional. Embora a venda da Eletrobrás integre a agenda econômica prioritária anunciada pelo presidente Michel Temer, ela tem avançado pouco na Câmara. O projeto foi enviado no dia 22 de janeiro, mas a comissão especial que vai analisar o texto só foi criada no início de março.

O deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), relator do projeto de lei que estabelece as regras para a privatização, já pediu ao governo que troque os integrantes da comissão para que o texto possa ao menos ser discutido, o que tem se mostrado impossível nas últimas semanas. "O governo precisa mudar o time, porque o que está lá vai perder", disse. Segundo ele, a base governista está desarticulada e, por isso, a oposição, mesmo minoritária, consegue barrar os debates na comissão especial que analisa a proposta.

Na base aliada, as resistências vêm principalmente das bancadas do Nordeste e de Minas Gerais, onde a estatal tem subsidiárias. Além de dúvidas quanto à proposta, os parlamentares receiam votar um texto tão polêmico num ano

eleitoral. Na oposição, o bloqueio é motivado por um posicionamento ideológico contra as privatizações.

Outro detalhe dificulta o avanço no Congresso: a privatização levaria os parlamentares a perder a influência política que historicamente mantiveram na Eletrobrás, por meio de indicações.

Wilson Ferreira diz que durante a sua gestão demitiu cerca de 100 funcionários que trabalhavam na empresa em cargos comissionados, baseados exclusivamente em indicações políticas. No mesmo período, também cortou os cargos de comissionados por gratificação, ou seja, funcionários concursados e de carreira, mas que recebem gratificação por ocupar posição gerencial. Esse número caiu de 2.100 funcionários para cerca de 1.300, segundo a empresa.

Além da resistência dos parlamentares, a privatização da Eletrobrás também é questionada por órgãos de controle. O ministro do TCU, Benjamin Zymler, questionou a constitucionalidade da proposta. "A Constituição diz que serviços públicos são prestados diretamente pelo Estado por concessão ou permissão, sempre por processo de licitação", afirmou. A operação será analisada pela Corte de contas, com relatoria do ministro Aroldo Cedraz.

Já o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, disse que a agência não é contra a operação, mas tem ressalvas quanto ao uso da receita pelo governo para outros fins (como reforçar os cofres do Tesouro e revitalizar o São Francisco), e não exclusivamente para baixar o custo da tarifa de luz. Ele questionou se essa é a melhor política: resolver uma questão financeira "de momento" em detrimento de uma pressão para reduzir tarifas. /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Sem Repetro, leilão de petróleo pode ser esvaziado

Presidente da Petrobrás diz que sem o benefício que parlamentares do Rio devem cortar, investidor pode evitar licitação de amanhã.

A 15.a Rodada de Licitação de áreas exploratórias de petróleo e gás natural acontecerá amanhã sob queixas das grandes empresas petroleiras. O presidente da Petrobrás, Pedro Parente, classificou ontem como "irracional" o projeto de parlamentares do Rio de não aderirem ao programa de isenção fiscal para o setor, o Repetro, adotado no restante do País. Parente diz que, sem o benefício, os investidores poderão não comparecer ao leilão.

O Repetro é um regime fiscal aduaneiro, aprovado no Congresso, que isenta de tributos a importação de equipamentos ainda na fase de investimentos, quando a produção não foi iniciada e, por isso, não há geração de caixa. No Rio, o deputado estadual Luiz Paulo Corrêa da Rocha, líder do PSDB na Assembleia Legislativa do Estado do Rio (Alerj), apresentou um decreto legislativo para suspender a validade do regime. Com isso, se aprovada a proposta, o Rio será o único Estado a não aderir ao regime.

Para pressionar pela rejeição do decreto na Alerj, as petroleiras argumentam que, se aprovado, os projetos da indústria petroleira fluminense ficarão mais caros do que nos demais Estados e que, naturalmente, as companhias petroleiras vão preferir investir em outros locais, inclusive fora do Brasil.

"Se a Petrobrás é brasileira e vai pensar sempre no seu País, outras empresas podem sim deixar o Brasil. Taxar investimento é uma das coisas mais irracionais que pode existir", afirmou Parente, em palestra na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan). Para o executivo, a proposta dos deputados estaduais "é contrária aos interesses do Rio de Janeiro e da sua economia".

Para o ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e professor do Grupo de Economia da Energia (GEE) da UFRJ, Helder Queiroz Júnior, "o problema é que todas as decisões ficam para a última hora. Quanto mais ruído, pior". Ele acredita, no entanto, que a indefinição tributária não será suficiente para afastar investidores da 15.a Rodada.

"O Brasil se consolidou como principal fronteira offshore (áreas em águas profundas) no mundo. O contexto internacional, de alta do preço do petróleo, ainda tem permitido às empresas ter uma rentabilidade mais elevada. Pode ser que isso dê mais atratividade ao leilão neste momento", complementou Queiroz Júnior.

Leilão.

A 15.a Rodada será dividida em duas etapas: uma de oferta de blocos no mar e outra, em terra. As áreas marítimas são as mais atrativas para as grandes petroleiras, enquanto as terrestres são mais voltadas para empresas de menor porte. Ao todo, serão oferecidos 70 blocos, 49 deles marítimos, distribuídos em cinco bacias sedimentares. As Bacias de Campos e Santos, as principais produtoras nacionais, são também as que oferecem as melhores oportunidades de investimento. Os blocos das duas bacias têm características geológicas de pré-sal e estão localizados próximos a grandes reservatórios.

"São campos que podem ter um interesse importante, tem bons campos. Mas temos de aguardar o leilão", afirmou o presidente da Petrobrás, acrescentando que negocia com outras petroleiras possíveis parcerias. "A soma de perspectivas geológicas com questões regulatórias será fundamental para o sucesso da rodada", disse o especialista Alfredo Renault, destacando a importância das alterações de regras promovidas pelo governo recentemente, como a que flexibiliza as exigências de conteúdo local.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues

Título: Cade processa UTC pelo não pagamento de multa

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) vai instaurar processo contra a UTC Engenharia para apurar o descumprimento de acordos assinados pela construtora com o órgão no âmbito da Operação Lava Jato. No ano passado, a empresa firmou dois termos de compromisso com o Cade que previam o pagamento de multas que somavam R\$ 139,15 milhões em troca de encerrar investigações por formação de cartel. Em recuperação judicial, a UTC deixou de pagar os valores no prazo fixado.

Ontem, um parecer pela abertura de investigação foi homologado pelo tribunal do Cade. A empresa terá dez dias para apresentar suas justificativas antes de o procedimento ser efetivamente instaurado. Se ficar comprovado que a UTC descumpriu o acordo, ela voltará a ser investigada nos casos de cartel e ainda terá de pagar uma multa de R\$ 200 mil.

Em janeiro de 2017, a UTC firmou acordos que previam o encerramento de duas investigações de cartel pelo Cade, então em andamento: uma sobre licitações em obras em terra da Petrobrás, e outra para montagem da Usina de Angra 3. O maior valor foi para encerrar o processo da Petrobrás, de R\$ 129,23 milhões, a maior contribuição pecuniária individual negociada na história do Cade.

A primeira parcela das multas, cujo valor é confidencial, deveria ter sido paga em dezembro do ano passado, o que não foi feito. A UTC então solicitou ao Cade prorrogação do vencimento, mas teve o pedido negado. A empresa continuou inadimplente, o que levou a procuradoria do órgão a recomendar a abertura para apurar o descumprimento do termo de compromisso.

A investigação de cartel nas obras da Petrobrás, decorrente da Lava Jato, começou em dezembro de 2015, após a celebração de um acordo de leniência com a Setal Engenharia e Construções, a SOG Óleo e Gás e pessoas físicas funcionários do grupo Setal /SOG. Já as investigações em Angra 3, instauradas

em novembro de 2015, tiveram início após acordo de leniência da Camargo Corrêa, também no âmbito da operação.

Em julho de 2017, com dívida de R\$ 3,4 bilhões, a UTC Participações entrou com pedido de recuperação judicial para suas 14 empresas.

Outro lado. A UTC afirmou que solicitou a prorrogação do prazo para efetuar o pagamento previsto no acordo de leniência com o Cade. O atraso, segundo a empresa, ocorreu porque a companhia está em meio ao processo de recuperação judicial e sem acesso aos seus recebíveis. "É imperativo ressaltar que a empresa honrará os seus compromissos tão logo obtenha os créditos a que tem direito".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Fabricantes de aço e alumínio do Brasil negociam cotas com EUA

Empresas buscam acordo para reduzir impacto da medida de Trump

Os fabricantes nacionais de aço e alumínio negociam com clientes americanos um acordo que estabeleça uma espécie de cota de produtos a serem comercializados, disse Rubens Barbosa, presidente do Conselho de Comércio Exterior da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e consultor de empresas brasileiras.

A estratégia está sendo pensada para que ambos os lados não sejam fortemente afetados pela política do presidente dos EUA, Donald Trump, que elevou as tarifas de importação de aço e alumínio sob o argumento de que se trata de uma questão de segurança nacional.

"No fundo, no fundo, são cotas que eles vão estabelecer", disse o embaixador, que auxilia siderúrgicas do lado brasileiro. "Essa negociação já vem um pouco com cartas marcadas, os Estados Unidos vão querer o que estão chamando lá de 'voluntary expansion restriction', que são esses acordos de restrição voluntária de exportação."

A Coreia do Sul anunciou nesta segunda (26) concessões aos EUA, incluindo a redução em 30% das exportações de aço a Washington, com uma cota anual de no máximo 2,68 milhões de toneladas, que ficarão isentas das tarifas anunciadas pelo governo americano.

Na semana passada, o Brasil foi excluído por 30 dias da aplicação de taxas de 25% sobre o aço e de 10% sobre o alumínio impostas pelo governo Trump.

Ao mesmo tempo, o Departamento de Comércio abriu prazo para que empresas americanas peçam a exclusão de seus fornecedores. Na Fiesp, Barbosa tem conversas estratégicas com as siderúrgicas brasileiras sobre ambas as negociações.

Apesar de acreditar que as fabricantes brasileiras Gerdau e CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) devem obter cotas para vender aos EUA produtos ou quantidades de aço semimanufaturado sem pagamento das tarifas, para o embaixador negociações desse tipo tendem a cobrar um preço e não há ganhadores. Ele lembra que, com isso, o Brasil passará a ter um custo que hoje não existe.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: MAELI PRADO DE BRASÍLIA

Título: Atrelar gasto a créditos ou receitas extras preservaria regra de ouro

Medida estará prevista no Orçamento que será entregue até agosto, diz secretária do Tesouro

Norma constitucional impede que União se endivide em quantia superior às previsões de investimentos

Para cumprir a regra de ouro em 2019, o governo estuda condicionar, no Orçamento que será entregue até o fim de agosto, a execução de parte das despesas à existência de receitas ou créditos extras.

A informação foi dada nesta terça-feira (27) pela secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi.

A norma, prevista na Constituição, proíbe que a União tome dívidas em montante superior às suas despesas correntes, como investimentos. O objetivo é evitar que uma conta atual seja empurrada para futuros governos.

Seu descumprimento implica ocorrência de crime de responsabilidade do presidente da República, o que poderia resultar em um processo de impeachment.

Desde 2017, a regra vem correndo o risco de ser descumprida, o que só não ocorreu por causa da devolução antecipada de recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) aos cofres públicos.

Isso vem acontecendo porque de um lado, com o agravamento da situação fiscal, o governo tem emitido mais títulos para financiar despesas. De outro, foi obrigado a cortar drasticamente os investimentos, uma das poucas despesas que pode manejar sem mudanças na legislação.

O grande risco de descumprimento é a partir do ano que vem, quando não estão previstas novas antecipações de recursos do banco estatal.

Segundo Vescovi, estão sendo feitos estudos jurídicos, com mudanças que serão encaminhadas dentro do Orçamento de 2019.

“A ideia é que algumas despesas sejam condicionadas a créditos adicionais ou eventuais receitas que possam vir no exercício de 2019. É um mecanismo já existente nas peças orçamentárias.” Neste ano, de acordo com Vescovi, uma série de medidas permitirá que a regra seja cumprida com folga de R\$ 10 bilhões a R\$ 20 bilhões. Sem essas ações, o descompasso chegaria a R\$ 203,4 bilhões. A principal delas é uma nova antecipação do BNDES, de R\$ 130 bilhões.

Além disso, está em estudo a reclassificação de restos a pagar de anos anteriores (R\$ 20 bilhões), além da extinção do Fundo Soberano e consequente liberação de R\$ 26 bilhões a ele vinculados.

Outras ações que garantirão o cumprimento serão a desvinculação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (R\$ 16 bilhões) e do Fistel (Fundo de Fiscalização das Comunicações).

CONTAS

O Tesouro anunciou que o bom desempenho da arrecadação evitou, em fevereiro, um rombo maior das contas públicas.

O déficit primário (receitas menos despesas antes do pagamento de juros) somou R\$ 19,3 bilhões em fevereiro, resultado 28,8% menor do que o do segundo mês do ano passado. Foi o menor saldo negativo para meses de fevereiro desde o ano retrasado.

No acumulado em 12 meses, o déficit é de R\$ 106,2 bilhões, em valores deflacionados. A meta para o ano é de um rombo de R\$ 154,8 bilhões.

Tradicionalmente, meses de fevereiro apresentam déficits, já que há transferências de impostos a Estados e municípios e pagamento de royalties, além de quitação de abono salarial.

Ajudada pela recuperação da economia, pelo Refis e pelo aumento da alíquota do PIS/Cofins dos combustíveis, a receita líquida totalizou R\$ 78,1 bilhões, alta de 10% em relação ao mesmo período de 2017. Já as despesas somaram R\$ 97,4 bilhões, queda de 0,6%.

O déficit do Regime Geral de Previdência Social somou R\$ 14,4 bilhões, montante 4% maior do que o registrado em fevereiro de 2017.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA RIO

Título: Licitações do pré-sal começam com perspectivas de grandes disputas

Na 15ª rodada de licitações de áreas exploratórias, nesta quinta, serão oferecidos 70 blocos

O potencial previsto nas áreas seria de 6 bilhões de barris, o equivalente à metade das reservas da Petrobras em 2017

Com expectativa de grande disputa, começa nesta quinta (29) a agenda de licitações de áreas do pré-sal. Serão 22 blocos com potencial de descobertas gigantes nas bacias de Campos e Santos.

O governo corre ainda para tentar realizar até o fim do ano um megaleilão de reservas já descobertas pela Petrobras e que hoje fazem parte do processo de renegociação do contrato da cessão onerosa, assinado em 2010 como parte do processo de capitalização da estatal.

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) estima arrecadar R\$ 3,5 bilhões com as duas licitações do ano. O número, porém, é considerado conservador, diante do elevado potencial das áreas.

Na 15ª rodada de licitações de áreas exploratórias, nesta quinta, serão oferecidos 70 blocos, 17 com possibilidade de reservas abaixo do sal nas bacias de Campos e Santos.

Nelas, a agência identificou quatro grandes formações geológicas com potencial para a acumulação de petróleo, que podem conter 6 bilhões de barris,

considerando que 30% podem ser extraídos do subsolo. O volume equivale a metade das reservas da Petrobras em 2017.

Por estarem fora do chamado polígono do prê-sal, as áreas serão contratadas em regime de concessão, preferido das petroleiras por não rever participação do governo no consórcio vencedor.

“De fato, são campos que podem ter um interesse importante”, disse nesta terça (27), o presidente da Petrobras, Pedro Parente. Ele frisou que a estatal será seletiva na escolha das áreas.

Na 14a rodada de licitações, em 2017, em parceria com a Exxon, a estatal arrematou áreas com potencial no prê-sal por R\$ 3,55 bilhões. Também naquela ocasião, os blocos foram contratados no modelo de concessão.

O leilão desta quinta pode ser a última oportunidade de levar áreas do prê-sal sob concessão, política iniciada no governo Temer e que pode ser revista em caso de vitória de candidato de esquerda nas eleições de outubro.

Na quarta rodada do prê-sal, marcada para junho, serão cinco blocos sob o regime de partilha da produção, que garante a presença da estatal PPSA (Prê-Sal Petróleo S.A.) no consórcio vencedor.

Neles, a ANP identifica dez estruturas com potencial de reservas, que podem chegar a 5 bilhões de barris. Três delas se estendem para áreas da 15a rodada e, em caso de descobertas, os consórcios terão que negociar um acordo de produção conjunta.

“Acredito plenamente no sucesso de ambas as rodadas. O momento é das grandes companhias refazerem o portfolio exploratório”, diz o geólogo Pedro Zalan, ex-Petrobras e hoje sócio da consultoria Zag.

RISCOS

Os leilões ocorrem em meio a uma discussão no Rio sobre restrições a benefícios fiscais no setor de petróleo. Em entrevista nesta terça, o presidente da Petrobras alertou para o risco de o impasse afastar investimentos. “Empresas estrangeiras instaladas aqui podem desistir de investir no Brasil e ir investir em outras áreas quase tão boas quanto o nosso prê-sal”, afirmou Parente, em evento na Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro).

A Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro) deve votar na semana que vem projeto que limita, no estado, o Repetro, regime de isenção fiscal do

governo federal, passando a cobrar ICMS sobre plataformas e equipamentos submarinos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Eletrobrás tem prejuízo de R\$ 1,7 bi em 2017

A estatal brasileira de energia Eletrobrás encerrou 2017 com prejuízo de R\$ 1,726 bilhão, revertendo o lucro líquido do ano anterior de R\$ 3,513 bilhões, informou a empresa nesta terça-feira (27).

Em 2016, a companhia, líder no mercado local de geração e transmissão de eletricidade, havia voltado a registrar resultado positivo depois de acumular mais de R\$ 30 bilhões em perdas desde 2012, após um pacote de medidas do governo federal para reduzir tarifas provocar pesados impactos sobre as contas da estatal.

No quarto trimestre do ano passado, o prejuízo líquido somou R\$ 3,998 bilhões, ante perdas de R\$ 6,258 bilhões no mesmo período de 2016, com o balanço prejudicado por pesadas provisões e baixas contábeis.

O segmento de distribuição ficou negativo em R\$ 1,63 bilhão no quarto trimestre, sendo que a controlada Amazonas Distribuição teve prejuízo de R\$ 676 milhões.

Na segunda (26), a Eletrobrás lançou um plano de demissão consensual para desligar até 3.000 funcionários da holding e de subsidiárias. O objetivo é economizar R\$ 890 milhões por ano.

A Eletrobrás deve realizar até outubro assembleia de acionistas para aprovar as condições em que se efetivará o processo de privatização, que envolverá uma oferta de novas ações para diluir a atual participação majoritária da União na empresa, disse o presidente da elétrica, Wilson Ferreira Jr., em teleconferência nesta terça.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: DANIELLE BRANT DE SÃO PAULO

Título: Ação da Sabesp despenca com proposta baixa de reajuste

Em dia ruim para as Bolsas, papéis da companhia foram penalizados; pregão de empresas de tecnologia nos EUA também teve queda

As ações da estatal de saneamento Sabesp despencaram 8,62% nesta terça-feira (27) e lideraram as quedas da Bolsa brasileira, após a Arsesp (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo) propor reajuste tarifário considerado baixo pelos investidores.

Em nota técnica preliminar da segunda revisão tarifária, a Arsesp indicou um aumento de 4,77%, que seria implementado a partir de abril. A proposta foi submetida a consulta e ficará em audiência pública até 17 de abril.

O percentual desagradou e os investidores penalizaram as ações da companhia. Em nota enviada a clientes, analistas do BTGPactual avaliam que a perspectiva de reajustes de tarifas elevados no futuro é baixa.

“O aumento menor que o esperado de tarifas reforça nossa visão de que, com as eleições estaduais se aproximando, altas nas tarifas acima da média são improváveis. No entanto, nós achamos que essas mesmas eleições poderiam ser um gatilho relevante para a Sabesp”, diz.

No início do mês, a Arsesp chegou a sinalizar com a adoção de um uma espécie de gatilho que permitiria aumentar da tarifa de água da Sabesp em caso de queda significativa do consumo e de receita da estatal.

Depois, a agência voltou atrás, diante da repercussão negativa.

O dia foi ruim para a Bolsa brasileira, que acompanhou a piora nos mercados internacionais em meio à venda generalizada de ações de empresas de tecnologia.

O Ibovespa, das ações mais negociadas, recuou 1,5%, para 83.808 pontos.

A venda das ações ainda é reflexo da polêmica com o Facebook envolvendo a consultoria Cambridge Analytica por utilização indevida de dados de usuários.

FACEBOOK

As ações do Facebook caíram 4,9% nesta sessão. Os papéis da Alphabet, dona do Google, recuaram 4,57%. Os papéis do Twitter despencaram 12% após um relatório indicar que o papel é o “mais vulnerável” às regulações de privacidade dos usuários.

Com isso, o índice da Bolsa Nasdaq perdeu 2,93%. O Dow Jones recuou 1,43%, eo S&P 500 teve baixa de 1,73%.

O dólar subiu 0,8%, para R\$ 3,332, no maior patamar desde 22 de dezembro do ano passado.

Em relatório, analistas do BNP Paribas associa a depreciação do real a condições de mercado nos Estados Unidos, especificamente a diferença entre a taxa interbancária Libor e o juro estabelecido pelo banco central americano.

“Nós trabalhamos com um cenário de estabilização no curto prazo”, indica o banco no relatório.

Segundo os analistas, a relação entre dólar e real estaria 4,5% acima do valor justo no curto prazo. Modelo usado para medir o valor justo no longo prazo de moedas latino-americanas aponta a taxa de R\$ 3 como a de equilíbrio.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simoni Kafruni

Título: Eletrobrás: perda de R\$ 1,7 bi

O presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Júnior, disse ontem que não resta alternativa senão a privatização da companhia. As declarações foram feitas por ele ao comentar o resultado da estatal, que registrou prejuízo de R\$ 1,7 bilhão em 2017. Segundo Ferreira, a empresa precisa investir R\$ 14 bilhões por ano para manter o mercado, mas, conforme o plano plurianual, as perspectivas são de aportes anuais de apenas R\$ 4 bilhões.

Wilson Ferreira explicou, no entanto, que a Eletrobrás se valorizou no mercado, e que a emissão de ações para aumentar capital e diluir a participação da União pode ocorrer a partir de 15 de novembro, ainda durante o governo Michel Temer, sem risco, portanto, de o presidente eleito em outubro interferir na decisão de desestatizar a companhia.

“Se o Congresso aprovar tudo no primeiro semestre, a privatização vai ocorrer após a publicação do balanço do terceiro trimestre. Poderemos fazer a emissão dos papéis a partir de 15 de novembro até janeiro (de 2019)”, explicou. “A privatização é necessária. Freamos os investimentos. Em 2017, foram R\$ 5,2 bilhões. Porém, para a Eletrobrás continuar com participação de 31% na geração e de 50% na transmissão de energia do país, são necessários R\$ 14 bilhões por ano”, explicou.

Apesar do prejuízo de R\$ 1,7 bilhão em 2017 e de quase R\$ 4 bilhões no quarto trimestre do ano passado, Ferreira ressaltou que os indicadores da Eletrobrás estão melhorando. Tanto que o valor de mercado da companhia saltou de R\$ 9

bilhões, em junho de 2016, para R\$ 34 bilhões em 2017. “Essa valorização foi reflexo da governança e dos resultados que alcançamos”, disse. “Mas não podemos comparar 2017 com 2016, porque, naquele ano, houve uma receita extraordinária de R\$ 28 bilhões”, disse. Ferreira se referia ao reconhecimento de pagamento das indenizações das transmissoras da Eletrobrás, contabilizado no balanço de 2016.

“Resolvemos três dos nossos principais problemas: o custo operacional, a alavancagem e reduzimos as seis fraquezas de balanço”, enumerou. Segundo ele, os custos vão encolher ainda mais a partir dos planos de enxugamento de pessoal. “Vamos reduzir o número de gestores e o quadro corporativo. Antes, tinha mais gente nos escritórios do que nas usinas e pessoal administrativo por todos os estados. Agora, ficarão concentrados em quatro locais: Rio de Janeiro, Brasília, Florianópolis e Recife”, destacou.

Com o plano de aposentadoria, disse Ferreira, foram desligados 2.055 funcionários com economia prevista de R\$ 826 milhões por ano. Na segunda-feira, a companhia lançou o Plano de Desligamento Consensual (PDC), feito em cima da nova lei trabalhista, que prevê a adesão de mais 3.017 pessoas e economia de R\$ 890 milhões por ano. “Nosso quadro, hoje em 22 mil funcionários (sendo 6,6 mil das distribuidoras que serão privatizadas), vai chegar ao fim de 2018 com 12 mil pessoas”, afirmou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simoni Kafruni

Título: Tarifas da CEB devem aumentar

Problemas financeiros da Companhia Energética de Brasília (CEB Distribuição) relacionados ao risco hidrológico no mercado de curto prazo de energia podem levar os consumidores da concessionária a verem as tarifas de energia subirem mais que o normal neste ano. A companhia já solicitou à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) uma revisão tarifária extraordinária por conta do grande descasamento de fluxo de caixa que vem enfrentando. Os diretores da Aneel determinaram urgência na análise do caso. A CEB está inadimplente no mercado de curto prazo, com dívidas de R\$ 460 milhões em atraso desde setembro. O montante corresponde a cerca de três vezes o resultado operacional da distribuidora.

A CEB Distribuição solicitou à agência que prorrogasse uma medida cautelar que impede um possível desligamento da empresa como agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) por conta da inadimplência. A companhia também pediu o parcelamento do valor devido. A Aneel, no

entanto, não atendeu aos pleitos, por considerar que o parcelamento deveria ser tratado diretamente na CCEE e que a medida cautelar não solucionaria o problema.

“A solução é por meio da revisão tarifária. Se mantivermos a cautelar, o argumento da revisão desaparece. Temos de acelerar a revisão e, dessa forma, manter o fluxo de pagamentos”, disse o diretor da Aneel Tiago de Barros Correia, relator do processo na agência reguladora.

A CEB passou por reajuste tarifário em outubro de 2017, quando já havia um significativo déficit hídrico e um preço de energia elevado, fatores que geram impacto financeiro nas distribuidoras. A situação se agravou em novembro, o que aumentou os custos para as concessionárias. Esses custos são suportados, em um primeiro momento, pelas distribuidoras e repassados para a tarifa somente no próximo processo tarifário, o que no caso da CEB deveria ocorrer em outubro. Com o pedido, a revisão pode ser antecipada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Governo cogita parcelar bônus do pré-sal

A equipe econômica cogita dividir em várias parcelas, em anos diferentes, o futuro bônus de assinatura do "megaleilão" de petróleo que o governo busca fazer no segundo semestre. O excedente da cessão onerosa em seis blocos do pré-sal envolve cifras gigantescas e algumas estimativas mais otimistas feitas na Esplanada dos Ministérios apontam para um valor perto de US\$ 40 bilhões - algo em torno de R\$ 130 bilhões pelo câmbio atual.

Trata-se de uma montanha de dinheiro mesmo para grandes petroleiras estrangeiras assinarem um cheque à vista - e mesmo em consórcios. Foi esse o recado recebido por integrantes do primeiro escalão do governo em conversas com megainvestidores em suas últimas idas ao exterior.

Diante da enormidade dos valores, a equipe econômica passou a entender que seria muito mais conveniente dividir o bônus de assinatura. Do ponto de vista das multinacionais do setor, isso favorece a entrada de mais concorrentes em um leilão. Para o governo, em vez de receber uma bolada em 2018 e enfrentar novamente problemas nas contas públicas nos anos seguintes, pode-se ter um alívio para o cumprimento da regra de ouro também em 2019. Talvez, até, nos exercícios seguintes.

A sinalização de deixar parte do bônus para o próximo governo também deve ajudar politicamente nos preparativos de um certame. **O Ministério de Minas e Energia** já abriu conversas com o Tribunal de Contas da União (TCU) para lançar o edital em agosto, mas dificilmente o leilão ocorreria antes do último trimestre - com um novo presidente eleito ou próximo de se eleger.

Assim, arrastando parte da arrecadação prevista para 2019 ou além, o governo Michel Temer evitaria uma eventual resistência de seu sucessor e teria mais tranquilidade em bater o martelo do maior leilão da história do mercado internacional de petróleo.

Hoje existe ampla aceitação quanto ao fato de que a Petrobras será credora nas discussões do grupo interministerial criado para revisar o contrato. Às vezes há alguma objeção de representantes do Ministério da Fazenda, mas isso é visto apenas como uma tentativa de barganha dos donos do cofre sobre os valores finais de pagamento à estatal.

Em 2010, no processo de capitalização da Petrobras, seis blocos com cinco bilhões de barris de petróleo foram cedidos. Laudos de certificadora contratada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) indica excedente de 6 bilhões a 15 bilhões - com maior probabilidade de que a sobra esteja na faixa mais baixa da estimativa.

Mesmo assim, há fatores a considerar. "A produtividade dos campos é maior do que a imaginada inicialmente e, quanto mais óleo se extrai, menor fica o custo", afirma uma fonte de primeiro escalão.

A grande dúvida hoje fica por conta de quanto a Petrobras teria para receber. O esforço do grupo interministerial agora é para chegar a um valor de pagamento que evite contestações da Petrobras, já que ela poderia levar alguma divergência para arbitragem da Advocacia-Geral da União (AGU), o que atrasaria o processo. Hoje, a intenção da Fazenda e do Planejamento é fazer o leilão ainda neste ano. O Ministério de Minas e Energia já era a favor. O secretário de petróleo e gás, Márcio Félix, já declarou que seria possível obter entre R\$ 80 bilhões e R\$ 100 bilhões com o excedente da cessão onerosa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Deputados apresentam mais de 300 emendas a projeto da privatização

O projeto de lei que trata da privatização da Eletrobrás registrou mais de 300 emendas ao texto original do governo, até a noite de segunda-feira. Grande

parte das mudanças sugeridas partiu de deputados da oposição - somente a deputada Erika Kokay (PT-DF) protocolou 28 emendas de uma só vez. A ala governista aponta essa iniciativa como parte da estratégia para tumultuar e impedir a aprovação do Projeto de Lei (PL) 9.463/2018.

Uma das emendas que chamaram a atenção é a do deputado Leonardo Quintão (MDB-MG) que propõe a abertura de capital das subsidiárias regionais do grupo estatal (Furnas, Chesf, Eletronorte e Eletrosul). Ele defende uma oferta pública de ações (IPO, na sigla em inglês). "Proponho um modelo de privatização que considera o valor real de cada uma dessas empresas. A União manteria o controle da Eletrobrás [a holding] e ainda teria condições de trazer a eficiência da iniciativa privada para a estrutura da empresa", afirmou Quintão.

A proposta dele envolveria a oferta de ações das subsidiárias limitada a 40% do capital social. Neste caso, o parlamentar avalia que a capitalização do grupo poderia render a R\$ 30 bilhões.

O modelo de privatização do governo passa pela venda do controle da Eletrobrás com o aumento de capital sem a subscrição das ações pela União. Ideias semelhantes à do parlamentar mineiro surgiram logo que o governo anunciou o plano de desestatização da companhia, no ano passado.

Em debate no Congresso, integrantes do governo chegaram a ser questionados por que não considerar uma IPO de subsidiárias da Eletrobrás, a exemplo do que a Petrobras planejou para a BR Distribuidora. Essa saída foi defendida como forma de capitalizar a Eletrobrás em montante superior ao previsto no modelo atual de privatização, mas sem o governo abrir mão da posição de controlador.

Em documento anexo à emenda, Quintão cita o sucesso da abertura de capital implementada pelo Banco do Brasil na BB Seguridade, em 2013.

Para considerar a perda de controle das subsidiárias da Eletrobrás, o parlamentar avalia que a capitalização poderia atingir valores ainda maiores: "Na privatização de que estamos falando hoje, a União poderia recolher valores de R\$ 12 bilhões a R\$ 13 bilhões, mas a abertura de capital de Furnas e outras subsidiárias traria a possibilidade de arrecadar muito mais".

A Comissão Especial da Câmara, criada para analisar o modelo de privatização do governo, deveria ter aprovado ontem o plano de trabalho com as datas de sete audiências públicas para debater o tema e de votação do relatório do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), indicada para 23 de abril. A primeira audiência seria realizada ontem, logo após a aprovação do plano de trabalho, para discutir a situação atual da Eletrobrás e da proposta do governo, mas foi cancelada.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Daniel Rittner, Rafael Bitencourt e Fábio Pupo | De Brasília****Título: Investimento de R\$ 14 bi é inviável para Eletrobrás estatal, diz CEO**

O presidente da Eletrobrás, Wilson Ferreira Jr., prevê a necessidade de investimentos anuais em torno de R\$ 14 bilhões para manter a participação atual da companhia no setor elétrico brasileiro - 47% na área de transmissão e 31% na de geração. Angariar esses recursos sob controle estatal tornou-se impossível, segundo o executivo, que fez uma defesa do modelo de privatização da empresa em seminário ontem no Tribunal de Contas da União (TCU). "Não temos capacidade de alavancagem", disse.

O governo foi em peso à sede do órgão de controle para expor a estratégia de aumento de capital e transferência do controle à iniciativa privada. Ferreira acredita que a "janela" para concretizar essa operação será logo depois de publicado o balanço do terceiro trimestre, a partir de 15 de novembro, até o fim de dezembro. Para ele, os estudos a serem contratados logo após um decreto presidencial vão ficar prontos em seis meses. Em seguida, convoca-se a assembleia de acionistas - é preciso esperar um mês. Finalmente, aguardam-se as informações contábeis do trimestre imediatamente anterior.

Um ponto obviamente imprescindível é aprovar o projeto de lei que autoriza a privatização da Eletrobrás. O relator do PL na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), voltou a alertar sobre os riscos de desmobilização da base aliada nas discussões. Ele sugeriu até mesmo a troca de integrantes de partidos governistas na comissão especial responsável pela análise do projeto. "O time que está vai perder."

Aleluia disse não ter dúvida de que o governo tem maioria favorável, no plenário da Câmara, para aprovar o PL. Acha indispensável, no entanto, ter mais debates na comissão. "Basta fazer um pouco de esforço. Só para dar quórum [nas sessões da comissão], demora uma hora e meia. A oposição é que não quer debater. Se debater, fica evidente o estrago da Dilma [Rousseff] no setor."

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, entrou nas discussões e afirmou que haverá a necessidade de novos aportes públicos na Eletrobrás caso não haja um aumento de capital da empresa com uma operação em Bolsa. "É importante essa democratização do seu capital. Serão requeridos aportes do setor público [sem a privatização]", disse.

De acordo com o ministro, a Eletrobrás acumulou perdas de R\$ 30 bilhões entre 2012 e 2015, principalmente devido aos efeitos negativos da MP 579 - a medida

provisória assinada por Dilma forçando uma redução das contas de luz. "Tudo isso começou a ser enfrentado com gestão profissional e ativa", disse Meirelles.

Além da MP 579, ele citou um "cenário até aqui certamente desfavorável" que incluiu instabilidade regulatória, ônus para o consumidor e para o Tesouro Nacional, perda de receita e endividamento da Eletrobrás. Pelo contrário, segundo o ministro, na gestão atual foi possível trazer R\$ 25,8 bilhões em investimentos no setor elétrico decorrentes dos leilões de geração e transmissão.

Dyogo Oliveira, ministro do Planejamento, garantiu que a privatização tem efeitos positivos sobre o futuro das tarifas de energia e disse que a questão fiscal é desimportante perto de outros fatores. O governo estima levantar R\$ 12,2 bilhões com a outorga de usinas hidrelétricas que hoje operam no regime de cotas e serão "descotizadas". Para Oliveira, a robustez dada à Eletrobrás com o aumento de capital permitirá maior concorrência nos leilões e tarifas mais baixas.

É tudo o que o empresariado realmente gostaria de ter. O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, observou que a energia tornou-se um aspecto desfavorável para a competitividade do setor produtivo no país. "Hoje, a energia deixou de ser uma vantagem competitiva para nós e virou desvantagem", afirmou. Empresas de segmentos como alumínio e petroquímica paralisaram seus investimentos ou foram buscar outros países para suas fábricas.

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, aproveitou o evento para tentar desconstruir argumentos contrários à privatização. Ele assegurou que a operação não é de cunho ideológico, mas para permitir que a Eletrobrás continue a competir no mercado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internaional

Autor:

Título: Curtas

Acordo da Opep

A Arábia Saudita e a Rússia estão negociando uma possível extensão do atual acordo de restrição da oferta de petróleo por vários anos. Segundo o príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohammad bin Salman, a atual aliança iniciada em janeiro de 2017 poderá ser estendida para um acordo de entre dez e 20 anos. A colaboração da Rússia com a Opep ajudou a reduzir o excesso de oferta global,

resgatando os preços de abaixo de US\$ 30 por barril em 2016 para cerca de US\$ 70 por barril.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petroleiras terão nova rodada para aquisições no país

Depois de investirem R\$ 9,95 bilhões nos leilões do ano passado, no Brasil, as petroleiras iniciam amanhã mais uma corrida por oportunidades de aquisição de ativos no país. Ao todo, 20 empresas diferentes vão disputar 70 blocos exploratórios na 15ª Rodada de concessões da Agência Nacional de Petróleo (ANP), o primeiro de uma série de três licitações que o governo planeja para este ano.

Entre as inscritas para a licitação, a grande maioria das empresas já marcou presença nas concorrências do ano passado e terá no leilão de amanhã uma nova oportunidade de se fortalecer no país. É o caso, por exemplo, da ExxonMobil e BP, que arremataram em 2017 seus primeiros ativos no pré-sal brasileiro, e da Petrobras, Shell, Statoil e Qatar Petroleum.

A Exxon, principal destaque da 14ª Rodada, aliás, é apontada nos bastidores do mercado como uma das candidatas mais agressivas para a rodada de amanhã. A multinacional ficou de fora no início deste ano dos leilões do Golfo do México, concorrente do Brasil no quesito atração de investimentos em águas profundas.

A 15ª Rodada pode significar também uma oportunidade de retorno para empresas como a Chevron, Premier Oil e Ecopetrol, que não participam de leilões no Brasil há quase cinco anos, e para a Wintershall. Já a Petronas e Rosneft nunca participaram de nenhum leilão no país, embora tenham se inscrito em rodadas passadas.

A ANP estima que o leilão de amanhã, e a 4ª Rodada de partilha, marcada para junho, têm potencial de arrecadação superior a R\$ 3,5 bilhões - número conservador perto do montante levantado nas licitações do ano passado. Só as quatro concessões mais promissoras da 15ª Rodada totalizam um bônus mínimo de R\$ 4,2 bilhões.

O leilão vai ofertar 70 blocos em sete bacias diferentes: Campos, Ceará, Potiguar, Santos e Sergipe-Alagoas, em mar, e Paraná e Parnaíba, em terra. O grande atrativo da 15ª Rodada são os ativos situados em águas ultraprofundas, sobretudo aqueles localizados próximas ao polígono do pré-sal, em Campos e Santos.

Ao todo, estão sendo oferecidas 17 áreas com esse perfil, com destaque para os blocos C-M-657 e C-M-709, na Bacia de Campos, áreas contíguas a Dois Irmãos (que será ofertado na 4ª Rodada de partilha); e as concessões S-M-534 e S-M-645, na Bacia de Santos, adjacentes a Saturno (que também irá a leilão em junho). A área técnica da ANP também vê potencial elevado em Uirapuru (próxima da descoberta de Carcará).

"Os blocos da 15ª Rodada são atrativos, estão mais perto da área central do pré-sal. Acredito que haverá concorrência por essas áreas", avalia o diretor de pesquisas em exploração e produção da consultoria Wood Mackenzie para a América Latina, Horácio Cuenca.

Na última licitação de concessões, a 14ª Rodada, em setembro, a ANP foi bem-sucedida na estratégia de ofertar áreas próximas ao polígono do pré-sal: os oito blocos negociados em águas ultraprofundas de Campos renderam bônus de R\$ 3,6 bilhões, ou seja, 95% do total arrecadado na licitação.

Na licitação de setembro, a ANP foi bem-sucedida ao ofertar áreas próximas ao polígono do pré-sal

Para Cuenca, como as áreas ofertadas na 15ª Rodada têm potencial para se conectar com alguns blocos a serem oferecidos no leilão de partilha, a expectativa é que os resultados da licitação funcionem como um termômetro para o leilão de junho. Segundo ele, "faz sentido" que as empresas que arrematarem os blocos C-M-657, C-M-709, S-M-534 e S-M-645 também tentem garantir as áreas adjacentes, na 4ª rodada de partilha.

Dentro da ANP, a percepção é que o "cardápio" de ativos incluídos no leilão desta semana é melhor do que o da 14ª Rodada, que contou com 20 participantes.

Só nas áreas em águas ultraprofundas de Santos e Campos, a agência estima que haja um potencial para 18,3 bilhões de barris "in situ". Os recursos, "não riscados", representam uma estimativa preliminar do volume de óleo originalmente contido nos reservatórios, mas ainda não comprovado. Para efeitos de comparação, as áreas oferecidas na Bacia de Campos, na 14ª rodada, tinham potencial para 16 bilhões de barris "in situ" não riscados.

O grau do interesse das petroleiras na licitação de amanhã ainda é uma incógnita. Existe um excesso de ativos em oferta no país. Além da 15ª Rodada e da 4ª Rodada do pré-sal, já confirmados, o governo também planeja para este ano o megaleilão dos excedentes da cessão onerosa, que promete oferecer ao mercado volumes gigantescos de recursos já descobertos no pré-sal. Cuenca, no entanto, argumenta que não necessariamente um leilão "canibalizará" o outro.

"São leilões de perfil muito diferentes. A licitação dos excedentes da cessão onerosa vai ofertar volumes já descobertos. Não necessariamente faz parte do mesmo orçamento que as companhias têm para participar de rodadas de exploração", explica.

Além disso, a licitação de amanhã também ocorre em meio a indefinições sobre a extensão do Repetro (regime aduaneiro especial para o setor de óleo e gás) no Rio de Janeiro.

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, disse ontem que o mercado tem se movimentado, às vésperas da licitação. "É natural nessa véspera de leilão muitas conversas em andamento. Se essas conversas resultam em propostas ou não, depende muito do eventual alinhamento de visões entre parceiros. Às vezes não se confirmam as parcerias, mas acho que vamos ter bons leilões", disse Parente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho | Do Rio

Título: Presidente da Alerj deve adiar discussão do Repetro

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), André Ceciliano (PT), mudou a estratégia com relação à adesão do Rio de Janeiro ao Repetro federal - regime tributário especial sobre importação de bens nas atividades de exploração e produção de óleo e gás natural.

O deputado não colocará mais em pauta, esta semana, o decreto legislativo de autoria do deputado Luiz Paulo (PSDB) que derruba o decreto do Executivo fluminense que hoje assegura a adesão do Rio ao Repetro. A mudança poderia representar risco aos investidores na 15ª Rodada de Licitações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), amanhã. Ele, porém, trabalha em modificações em projeto de lei sobre o tema, de sua autoria, que poderá ser votado a tempo do 4º Leilão do pré-sal, em 7 de junho.

O parlamentar estuda apresentar um substitutivo ao projeto de lei 3.660/2017, com alterações na proposta original com relação ao Repetro do Rio. O texto inicial previa a adesão do Repetro apenas para as atividades de exploração de petróleo e gás natural. O Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP), a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), entidades sindicais e prefeitos de municípios produtores de petróleo, porém, criticaram o projeto, por não incluir na iniciativa a etapa de desenvolvimento da produção, que poderia provocar a perda de geração de renda e empregos no Estado.

A nova proposta em elaboração por Ceciliano prevê o Repetro para toda a etapa exploratória e para as atividades de produção petrolífera em campos maduros. O regime também seria integralmente aplicado para as indústrias da cadeia de fornecimento do setor instaladas no Rio. A previsão é apresentar a medida na Alerj nas próximas semanas.

O ponto de Ceciliano é que, no modelo de partilha da produção no pré-sal, a União é beneficiada pelo óleo-lucro, mas, por não haver participação especial, Estados e municípios são prejudicados.

Enquanto o novo PL não é apresentado, o deputado Carlos Osório (PSDB) diz que há maioria favorável na Alerj pela adesão total ao Repetro federal. O presidente da Casa, porém, discorda dessa análise.

No mercado, a possibilidade de votação da derrubada do Repetro do Rio causou preocupação no setor petrolífero. O presidente da Petrobras, Pedro Parente, disse que a votação poderia trazer "consequências danosas" para o país.

"Não se trata de um assunto neutro, terá impactos importantes para o bem ou para o mal. É muito importante que a Alerj entenda que haverá consequências que poderão ser extremamente danosas", disse o executivo, durante participação em evento na Firjan.

O presidente da Firjan, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, disse ontem que a revogação do Repetro pode estimular uma fuga de indústrias instaladas no Rio para São Paulo. "Achar que a margem do barril do petróleo é infinita é uma imagem distorcida", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras terá participação seletiva e com sócios

A Petrobras pretende manter, na 15ª Rodada de blocos exploratórios, a intenção de participar do leilão de forma seletiva, disse o presidente da empresa, Pedro Parente. Segundo ele, a estratégia de participação nos leilões deve continuar baseada em parcerias e com foco nos ativos com potencial para o pré-sal.

"Entendemos que nos campos onde há maior necessidade de investimento e, portanto, há um nível maior de risco, o modelo mais adequado é o de parcerias", disse Parente, a jornalistas, após participar de evento na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

Na 14ª Rodada, do ano passado, a Petrobras arrematou seis concessões em águas ultraprofundas da Bacia de Campos, em sociedade em parte iguais com a ExxonMobil. Na 2ª e 3ª rodadas de partilha, também em 2017, a estatal adquiriu outras três áreas, em parcerias com a Repsol Sinopec, Shell, BP e CNODC.

Parente sinalizou que o interesse da Petrobras está focado nos ativos com potencial para descobertas abaixo da camada do sal, nas áreas que margeiam o polígono do pré-sal, nas bacias de Campos e Santos.

"Supõe-se que geologicamente há campos do pré-sal. De fato, são campos onde pode haver interesse grande. Vamos olhar esses campos de maneira seletiva", afirmou.

Segundo ele, a estratégia de participação da 15ª Rodada será feita em conjunto com a estratégia para a 4ª Rodada de partilha do pré-sal, de junho.

"Isso tem que ser visto em conjunto. Há campos [da 15ª Rodada] contíguos ao [polígono do] pré-sal. Nossa avaliação, sempre do ponto de vista da gestão de portfólio, é uma avaliação de que tem de olhar os dois [leilões] em conjunto", afirmou.

Com a declaração, Parente indica que um dos interesses da estatal na 15ª Rodada pode estar nos blocos C-M-657 e C-M-709, da Bacia de Campos. Isso porque essas duas áreas, que somam um bônus de assinatura mínimo de R\$ 711 milhões, são adjacentes a Dois Irmãos - um dos três ativos da 4ª Rodada do pré-sal pelo qual a petroleira manifestou o direito de preferência de entrar como operadora.

Ao ser questionado se a Petrobras entrará em eventuais parcerias como operador dos consórcios, Parente disse que a decisão depende do avanço das conversas com potenciais sócios.

Durante apresentação do plano de negócios da companhia para empresários, o executivo comentou também as perspectivas de mudança na gestão da empresa a partir do ano que vem, depois das eleições. Parente disse que, apesar de ser impossível garantir, ele não acredita em "mudanças bruscas".

"Somos mais parecidos com um transatlântico do que com um jet ski. Não se muda de uma hora para outra [o plano de investimentos]. Os investimentos são de longo prazo, de longa maturação, mudanças bruscas num plano podem ter consequências muito sérias. Não acredito em mudanças bruscas", disse.

Ao ser questionado se permanecerá na presidência da estatal, ele afirmou que a questão envolve muitas condicionantes. "É tanto 'se' que não seria muito objetiva essa discussão [sobre sua permanência]", respondeu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Ibama libera mineroduto

Destaques

Após interrupção de 15 dias, as operações do Minas-Rio, da Anglo American, foram retomadas ontem, após anuência do O Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, informou a companhia. A paralisação ocorreu em 12 de março, logo após um vazamento no mineroduto que leva polpa de minério de ferro da empresa desde Minas gerais ao litoral fluminense. A polpa, mistura de minério e água, atingiu o ribeirão Santo Antonio que corta o município de Santo Antônio do Grama (MG). Entre as ações de reparação exigidas estão limpeza da calha e das margens do córrego Santo Antônio do Grama, que devem durar até 31 de maio. A cidade chegou a ter o abastecimento cortado, mas segundo a empresa foi normalizado no dia 15, por meio da captação em outro ribeirão da região.

Hibernação adiada

A Petrobras vai adiar a paralisação das operações de suas fábricas de fertilizantes em Sergipe (Fafen-SE) e na Bahia (Fafen-BA). Inicialmente marcado para 30 de junho, o início da hibernação foi prorrogado por 120 dias. Conforme adiantou o **Valor PRO**, serviço de informações em tempo real do **Valor**, a decisão foi tomada após congressistas dos dois Estados pressionarem a estatal em busca de uma solução alternativa para as duas unidades.

Lupatech nos EUA

A Lupatech informou em comunicado que a Corte de Falências dos Estados Unidos homologou ontem o novo plano de recuperação judicial da companhia. Segundo a empresa, a homologação do plano é aplicável a toda a jurisdição territorial dos Estados Unidos. "Esta decisão representa mais um importante passo para o processo de reestruturação da dívida e de capital da companhia", afirmou a empresa em comunicado.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Light mapeia área de risco para rever metas regulatórias**

O furto e a fraude de energia em áreas do Rio de Janeiro dominadas pelo tráfico de drogas e milícias, onde a Light não tem acesso, geram um prejuízo anual à distribuidora e aos consumidores regulares da empresa de R\$ 1,6 bilhão. Os "gatos" nessas regiões também causam uma perda de arrecadação tributária de R\$ 317 milhões por ano. O volume de energia furtado nessas áreas alcança 3 terawatt-hora (TWh) ano, montante superior ao consumo anual das regiões Norte ou Centro-Oeste, ou quase o dobro do consumo anual de energia das indústrias do Nordeste.

Os dados fazem parte de estudo em desenvolvimento pela distribuidora fluminense em parceria com o Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ. O objetivo do projeto, iniciado em novembro de 2016 e que tem conclusão prevista para o fim do ano, é analisar os aspectos regulatórios relacionados às áreas com severas restrições à operação (ASRO), como são chamadas as regiões onde governo não exerce poder e a companhia não consegue atuar por causa do controle do tráfico e milícias.

O projeto busca mostrar que as metas de redução de perdas e de qualidade de energia estipuladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), por não contemplarem variáveis capazes de representar a abrangência das ASRO nas concessões, podem trazer prejuízos às distribuidoras, como é o caso da Light, e potencialmente provocar o desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Na prática, ao não reconhecer por completo as áreas em que a distribuidora não tem possibilidade de acesso, a Aneel é mais rígida nas exigências de índice de perdas e de qualidade do serviço de energia elétrica da empresa, penalizando a companhia no processo de revisão tarifária.

"O furto nessas regiões é mais do que 80% da energia que entra nessas áreas", disse a superintendente de Regulação da Light, Angela Gomes. Ela alerta ainda para um círculo vicioso. Enquanto o consumo irregular nessas áreas aumenta, a Light precisa comprar mais energia e fazer mais investimentos em qualidade do serviço, sem receber por isso na prática. "A situação não fecha".

Volume de energia que é furtado em áreas de risco equivale ao consumo das regiões Norte ou Centro-Oeste

Segundo o coordenador do Gesel, professor Nivalde de Castro, hoje a Aneel utiliza o índice de complexidade socioeconômica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para identificar as áreas de difícil acesso pelas distribuidoras. O problema, explicou, é que o indicador não capturou todas as ASROs. "Esses indicadores [de complexidade socioeconômica] não conseguem ter precisão com relação a essas áreas em função da própria dinâmica de deterioração econômica e social que o Estado do Rio está passando".

O projeto consiste em fazer um mapeamento georreferenciado, por meio do cruzamento de dados de fontes de informações distintas, para indicar as áreas em que a Light não tem como acessar. No fim, o objetivo é identificar indicadores que deem o conforto necessário à Aneel para caracterizar essas áreas como de difícil acesso.

De acordo com Pedro Vardiero, pesquisador líder do trabalho, entre os dados que estão sendo utilizados no estudo estão informações sobre escolas com aulas interrompidas por causa da violência, autos de resistência em comunidades, roubos de cargas, restrições de entregas pelos Correios, chamadas no disque-denúncia, homicídios e latrocínios.

Por meio desses dados, os pesquisadores conseguiram traduzir em números o tamanho do problema. O total de áreas de característica "subnormal" - um conjunto de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e de maneira desordenada -, de acordo com o IBGE, é de 16% da população da área de concessão da Light. Já as ASROs representam 32% da população. A interseção entre os dois grupos responde por 11% da população. "Nem toda a área 'subnormal' é violenta e vice-versa", disse o coordenador da pesquisa, Guilherme Dantas, do Gesel/UFRJ.

"Essa questão de furto [de energia], que no Brasil está crescendo, no Rio de Janeiro é o olho do furacão", disse Castro. O Estado do Rio responde por 22% de todo o furto de energia do país.

No estudo, os resultados que vão sendo obtidos ao longo do trabalho são compartilhados e debatidos com a Aneel. A autarquia estuda aplicar metas regulatórias específicas para Light e Enel Distribuição Rio (antiga Ampla Energia) para reconhecer a característica das duas áreas.

No caso da Enel Rio, o número de consumidores em áreas em que a empresa não consegue atuar, em razão da violência, cresceu de 75 mil para 395 mil (14,9% do total de clientes).

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito, Rafael Bitencourt, Daniel Rittner e Camila Maia | Do Rio, Brasília e São Paulo****Título: Privatização da Eletrobrás depende de solução para Angra 3**

A privatização da Eletrobrás pode ter outro obstáculo para se concretizar além dos prazos apertados e da resistência no Congresso: a viabilização da retomada das obras da usina nuclear de Angra 3. Em entrevista coletiva concedida ontem para comentar os resultados da companhia em 2017, o presidente da estatal, Wilson Ferreira Junior, disse que a cisão da Eletronuclear não vai sair do papel se o preço da energia de Angra 3 não for revisado.

As obras da usina foram suspensas em setembro de 2015, e a Eletrobrás já reconheceu R\$ 11,3 bilhões em perdas referentes ao ativo em seu balanço, sendo R\$ 990 milhões apenas em 2017.

Segundo Ferreira Junior, a retomada das obras de Angra 3 é inviável considerando o preço do contrato de concessão, de cerca de R\$ 240 por megawatt-hora (MWh). O executivo não informou o preço pleiteado ao governo, mas ressaltou já seria suficiente a definição de um novo valor inferior aos preços praticados por projetos de geração nuclear no mercado internacional, na faixa de R\$ 500 o MWh. Ele lembrou, por exemplo, que Angra 1 e 2 operam com preço de cerca de R\$ 300 o MWh.

Prejuízo de R\$ 1,7 bilhão apurado em 2017 foi afetado pelo negócio de distribuição, que teve prejuízo de R\$ 4,2 bilhões

A cisão da Eletronuclear é necessária para a privatização da estatal elétrica. Segundo Ferreira Junior, porém, isso não pode ser feito sem a redefinição dos preços. "Não podemos fazer uma cisão de uma empresa que apresenta prejuízos", disse. Havendo uma solução para o imbróglio em torno do projeto, a Eletrobrás deve reverter ao menos parte das baixas contábeis feitas até então, segundo o presidente da estatal.

A Eletrobrás teve prejuízo líquido atribuível de R\$ 1,76 bilhão ano passado, revertendo o lucro de R\$ 3,51 bilhões apurado um ano antes. Como o resultado de 2016 tinha sido fortemente afetado pela contabilização financeira da indenização que a estatal vai receber por investimentos feitos e não amortizados em ativos antigos de transmissão, já havia uma expectativa de que o resultado de 2017 fosse pior.

Entre outros motivos, a perda líquida refletiu o provisionamento de R\$ 5,7 bilhões no ano passado, montante que incluiu baixas contábeis em investimentos e também a atualização dos valores provisionados para as disputas judiciais em torno dos empréstimos compulsórios, da ordem de R\$ 2,7 bilhões ano passado. Também entra na conta o provisionamento de R\$ 1,1 bilhão referente à créditos que as distribuidoras pleiteiam com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O desempenho das distribuidoras de energia do grupo, que devem ser privatizadas em maio, melhorou na comparação com 2016, mas ainda pressionou o resultado da estatal. As concessionárias somaram prejuízo de R\$ 4,18 bilhões, redução de 37% ante a perda apurada um ano antes, de R\$ 6,64 bilhões. Segundo Ferreira Junior, o resultado "muito ruim" do negócio de distribuição justifica os planos da empresa de privatizar as concessionárias.

Resolver a situação das distribuidoras continua sendo fundamental para a recuperação da estatal. Em parecer sobre o balanço, a auditoria externa KPMG disse que a continuidade operacional das seis distribuidoras depende da manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da companhia, ou do sucesso do leilão de privatização previsto para 21 de maio. No certame, a estatal pretende vender as concessionárias Amazonas Energia (AM), Ceron (RO), Eletroacre (AC), Boa Vista (RR), Cepisa (PI) e Ceal (AL).

Caso a privatização das distribuidoras não seja bem sucedida, a Eletrobrás já decidiu que sua alternativa será liquidar as concessões. Nas notas explicativas do balanço, a companhia atualizou o potencial custo dessa liquidação, para R\$ 21,5 bilhões. Até então, a previsão da companhia era de um custo de R\$ 17,7 bilhões. A Eletrobrás considera esse cenário como "remoto".

A venda da Celg Distribuidora para a Enel em 2016 já trouxe resultados positivos ao balanço de 2017 da Eletrobrás. As despesas operacionais da companhia caíram 29% no quarto trimestre do ano, para R\$ 10,3 bilhões. Segundo a estatal, porém, isso refletiu, principalmente, os números da Celg, que tinha envolvido despesas operacionais da ordem de R\$ 1 bilhão nos últimos três meses de 2016. A transferência da concessão para a nova dona só foi concluída em fevereiro deste ano.

Ao mesmo tempo, a Eletrobrás registrou aumento de 200% nas despesas operacionais com contingências no último trimestre de 2017, para R\$ 3,62 bilhões. Os custos operacionais da estatal no período caíram 16%, para R\$ 3,64 bilhões. Retirando o fator Celg D da conta, os custos teriam crescido 86%, para R\$ 4,18 bilhões. Segundo a Eletrobrás, os custos operacionais cresceram pelo aumento de compra de energia no mercado de curto prazo pela Amazonas

Geração e Transmissão (Amazonas GT), em função das térmicas da companhia terem gerado abaixo da energia contratada, por problemas de manutenção.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Estatal pode ter provisão de R\$ 2 bi em Belo Monte

A Eletrobrás estima o reconhecimento de uma provisão para perda de até R\$ 1,9 bilhão caso a companhia seja derrotada em processo arbitral relativo a um contrato da Norte Energia, empresa dona da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), da qual a estatal possui 49,98% de participação. O processo envolve uma divergência entre os sócios da Norte Energia quanto à aplicação de uma cláusula do acordo de acionistas.

Alguns acionistas entendem que a Eletrobrás e suas controladas Chesf e Eletronorte, que fazem parte da sociedade, são obrigadas a comprar a parcela de 20% de energia assegurada da hidrelétrica destinada ao ambiente de contratação livre, pelo preço de R\$ 130 o megawatt-hora (MWh), a valor de abril de 2010.

Em nota explicativa incluída nas demonstrações financeiras divulgadas na madrugada de ontem, a Eletrobrás informou entender "que inexistente tal obrigação e, sim, o direito de preferência [a compra do volume de energia]".

A companhia lembrou ainda que em 2016 foi instaurado um processo de arbitragem para buscar uma solução para o impasse. Depois da realização de audiência e solicitação de apresentação de documentos, em março de 2018 ocorreu nova audiência para oitiva de testemunhas e foi solicitada juntada de documentos, pelos árbitros, o que estava previsto para ocorrer até esta quarta-feira.

Na nota explicativa, a estatal disse avaliar como possível a probabilidade de que venha a perder o litígio, mas que até o momento não foi constituída provisão para essa finalidade.

Em caso de derrota na arbitragem, contudo, a Eletrobrás prevê o reconhecimento de provisão de quase R\$ 2 bilhões. "Caso a Eletrobrás não logre êxito no procedimento arbitral em curso, a companhia estima o reconhecimento de uma provisão para perda de até R\$ 1,9 bilhão na operação de compra e venda desta energia, considerando os valores em 31 de dezembro de 2017", completou a empresa.

Os demais acionistas da Norte Energia são Petros, Funcef, Neoenergia, Amazônia (Cemig e Light), Aliança Norte Energia, Sinobras e J. Malucelli Energia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Lucro da CPFL avança com retomada da demanda

Em seu primeiro resultado anual sob gestão da chinesa State Grid, a CPFL Energia apresentou alta de 41,4% no lucro líquido, para R\$ 1,24 bilhão. Nos últimos três meses de 2017, a elétrica começou a notar sinais mais expressivos de recuperação na demanda por energia, indicando a retomada da economia. O lucro trimestral cresceu 262,6%, para R\$ 498 milhões.

"As nossas vendas, excluindo a RGE Sul, tiveram alta de 4,8% no quarto trimestre, um crescimento muito robusto. Todos os segmentos de consumo cresceram, incluindo o industrial", disse André Dorf, presidente da companhia, em entrevista ao **Valor**.

As vendas de energia nas áreas de concessão da CPFL tiveram aumento de 8,7% no quarto trimestre do ano passado na comparação anual. Desconsiderando as vendas de energia na área de concessão da RGE Sul (que só foi consolidada nos resultados de 2016, a partir de novembro), as vendas totais de energia tiveram alta de 4,8%. A receita líquida do trimestre acompanhou o desempenho e subiu 35,3%, para R\$ 7,46 bilhões, enquanto o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) avançou 36%, para R\$ 1,366 bilhão.

Nos últimos anos, os aumentos tarifários, combinados aos efeitos da recessão, fizeram com que a demanda por energia também retrocedesse. Segundo Dorf, a tendência agora é de alta. "O crescimento foi consistente e concentrado no último trimestre do ano, o que mostra a trajetória de recuperação da demanda", disse o executivo.

A inadimplência também caiu ano passado, saindo de um provisionamento para devedores duvidosos (PDD) de R\$ 176 milhões em 2016 para R\$ 155 milhões, queda de 12,1%. No quarto trimestre, a redução do PDD foi de 21,8%, para R\$ 36 milhões.

"Temos sentido um resultado melhor, mas não veio de graça. Temos investido muito no combate às fraudes e inadimplência. Chegamos a ter um puco de 0,9% da receita bruta no segundo trimestre de 2016, e, desde então conseguimos reduzir para 0,57% da receita bruta, em linha com a média histórica", disse Dorf.

A melhora operacional reflete um volume grande de investimentos feitos pela companhia. Em 2017, foram investidos R\$ 2,6 bilhões, alta de 14,3% ante 2016. Desse total, R\$ 1,88 bilhão foi voltado apenas para o crescimento orgânico em distribuição de energia, com foco em ganho de eficiência, redução de perdas e melhoria da qualidade do serviço prestado pela companhia. Para efeito de comparação, em 2016, a elétrica investiu R\$ 1,2 bilhão em distribuição de energia.

A previsão da companhia é de seguir fazendo investimentos elevados. O orçamento aprovado pelo conselho ano passado aponta que serão investidos R\$ 10,4 bilhões até 2022, sendo R\$ 9,8 bilhões em distribuição de energia. Em 2018, a expectativa da companhia é de investir R\$ 2,1 bilhões, dos quais R\$ 1,8 bilhão vai para distribuição. "Esses são investimentos orgânicos, na base de ativos atual. Além disso, olhamos também todas as oportunidades de fusões e aquisições no mercado, além de leilões de renováveis e de transmissão. Estamos otimistas com as oportunidades", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Tratativas sobre nafta andam em ritmo lento

As negociações entre Braskem e Petrobras em torno de um novo contrato de fornecimento de nafta, efetivamente de longo prazo, estão andando mais devagar do que o esperado, apurou o **Valor**. Havia expectativa de que essa questão, ponto relevante das conversas entre a Odebrecht e a petroleira para revisão do acordo de acionistas da petroquímica, estivesse resolvida até o fim deste mês.

Segundo fontes, as conversas continuam e há reuniões praticamente semanais entre as duas controladoras da Braskem - a companhia participa do debate relativo ao fornecimento de sua principal matéria-prima. Mas ainda não há consenso sobre preço, nem sobre o papel que um eventual contrato de longo prazo tem na negociação sobre um eventual novo acordo de acionistas. Isso não significa, observa uma fonte, que as companhias estejam longe de um acerto.

A petroquímica busca condições mais competitivas para a matéria-prima, cujo preço doméstico (102,1% da nafta ARA) está atrelado a uma das mais caras referências internacionais. O acordo em vigor vale até 2020 e foi fechado em dezembro de 2015, após quase três anos de discussões e antes de a Operação Lava-Jato levar a Braskem a admitir que pagou propina para obter vantagem no contrato de 2009. Esse acordo foi encerrado em 2014 pela própria Petrobras.

Para a Odebrecht, a definição de um contrato competitivo e de longo prazo é fundamental para a revisão do acordo de acionistas, que culminará na saída da estatal do capital da Braskem. Após unificar todas as classes de ações em ONs, a Braskem fará uma oferta primária e secundária em bolsa, com a venda dos papéis da Petrobras.

Para a petroleira, porém, o que está em debate são seus direitos societários, e essa discussão não está condicionada necessariamente a uma solução para a nafta, segundo uma fonte. Além disso, não haveria lógica comercial em vender matéria-prima barata à companhia, nem justificativa cabível a ser apresentada em caso de questionamento do Tribunal de Contas da União (TCU).

Procuradas, Braskem e Petrobras não comentaram o assunto.

Enquanto as controladoras buscam um consenso, a petroquímica tem entregado os melhores resultados da história. No quarto trimestre, a continua melhora nas vendas de resinas no mercado doméstico e spreads (diferença de preço em relação à matéria-prima) superiores devem ter levado a Braskem a registrar forte resultado, na avaliação de analistas.

Segundo a média das projeções de Itaú BBA, Morgan Stanley e Santander, a petroquímica deve anunciar lucro líquido de R\$ 727 milhões, revertendo o prejuízo de R\$ 2,55 bilhões reportado no mesmo trimestre de 2016 - decorrente do reconhecimento da multa de R\$ 3,1 bilhões acertada com autoridades do Brasil, Estados Unidos e Suíça após a Operação Lava-Jato.

Para a receita líquida, a média das estimativas é de R\$ 12,9 bilhões, com crescimento de 8,2%. Já o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado deve alcançar R\$ 2,82 bilhões, 18% acima do valor apurado um ano antes.

Para os analistas Renato Salomone e André Hachem, do Itaú BBA, o desempenho no trimestre foi apoiado por volumes de venda saudáveis, na esteira da recuperação de algumas indústrias estratégicas, entre elas a automotiva. Do lado dos spreads, o atraso na entrada em operação de novas capacidades de polietileno da Exxon e da Chevron contribuíram para a melhora das margens da resina.

Nos Estados Unidos, a expectativa é de melhora dos resultados na comparação trimestral, uma vez que a passagem do furacão Harvey levou à paralisação de duas linhas da empresa no Texas no terceiro trimestre. Spreads saudáveis em polipropileno (PP) também ajudaram o desempenho.

Para a operação no México, o Itaú BBA projeta resultado estável frente ao terceiro trimestre, uma vez que o complexo petroquímico segue sofrendo com a

instabilidade na entrega de etano pela Pemex. Os analistas projetam taxa de utilização na casa de 90% no trimestre.

Para o Morgan Stanley, spreads mais altos em praticamente todo o portfólio devem dar o tom nos resultados, e mais do que compensar a demanda sazonalmente mais fraca em termos de volumes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Nova política da Vale deve atrelar pagamento de dividendo a Ebitda

O conselho de administração da Vale se reúne amanhã e deve discutir a nova política de distribuição de dividendos da companhia aos acionistas, segundo apurou o **Valor**. A ideia é atrelar o pagamento do dividendo à geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda). A fórmula de cálculo para distribuição dos dividendos deverá excluir o investimento corrente da companhia, segundo fontes próximas das discussões. A nova política de remuneração poderá permitir o pagamento de percentual entre 30% e 50% do lucro a título de dividendos, disseram fontes.

Analista de banco disse que, ao usar o Ebitda como indicador, a Vale demonstra que vai alinhar o pagamento de dividendos ao fluxo de caixa operacional. Afirmou que com a nova política a mineradora deve passar a ter uma "fórmula" que dê mais clareza ao mercado. Hoje, de acordo com a Lei da S.A. e com o estatuto da Vale, a mineradora é obrigada a distribuir anualmente, no mínimo, 25% do lucro. Um advogado societário disse que, respeitado o dividendo mínimo de 25% previsto na lei e no estatuto da Vale, nada impede que a mineradora defina outra regra ou meta para o pagamento de dividendos.

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, já havia sinalizado como deverá funcionar a nova sistemática de pagamento de dividendos na última teleconferência de resultados, relativa ao balanço do quarto trimestre de 2017, em fevereiro. Na ocasião, Schvartsman disse que os dividendos deveriam tornar-se uma proporção da geração de caixa da companhia de maneira a tornar a distribuição desses pagamentos mais "agressiva e sustentável" ao longo do tempo.

Essa será a segunda mudança na política de dividendos da mineradora nos dois últimos anos. Em 2016, a empresa já havia alterado a sua política de pagamento de dividendos para torná-la mais aderente à geração de receita. Até então a empresa anunciava em janeiro de cada ano quanto iria pagar de dividendo mínimo no exercício em curso sem ter certeza sobre o comportamento dos

preços das commodities, em especial do minério de ferro, seu principal produto. Essa política se tornou arriscada a partir da forte queda nos preços do minério de ferro, a partir de 2014, em um ambiente marcado também pela volatilidade nas cotações das commodities minerais e metálicas.

Com a mudança de 2016, a Vale passou a avaliar, em outubro de cada ano, de quanto foi a geração efetiva de caixa em nove meses, fazendo uma projeção para os três meses restantes do ano. Com base nesse cálculo, o conselho decide sobre a antecipação de dividendos no ano em curso, deixando para fazer eventual complementação no primeiro trimestre do ano seguinte. "Antes, a Vale antecipava o pagamento de dividendos, hoje remunera o acionista olhando para o passado", disse um analista.

Em relatório recente, a corretora Itaú BBA previu que o pagamento de dividendos sob a nova política pode ocorrer no terceiro trimestre de 2018, tendo como base os resultados do primeiro semestre deste ano. Esse cenário considera ainda que a Vale atinja a redução da dívida líquida para US\$ 10 bilhões em junho de 2018. Ainda de acordo com a corretora, a nova política de dividendos da Vale deve ser mais comparável à das concorrentes BHP Billiton e Rio Tinto, que pagam aos acionistas um percentual fixo de dividendos sobre os ganhos. É o chamado "payout", indicador que considera a relação entre dividendo e lucro. No caso das duas mineradoras australianas, o "payout" é de 40% sobre o lucro, informou o Itaú BBA. Na Vale, poderá ficar entre 30% e 50%. Para a corretora, isso poderá ampliar a base de investidores e atrair acionistas focados em dividendos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: CSN promete, outra vez, vender ativos para abater dívida

Há três anos, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) prometeu ao mercado, pela primeira vez, que poderia se desfazer de ativos para reforçar o caixa e reduzir a dívida líquida. Ontem, em teleconferência com analistas e investidores, Benjamin Steinbruch, presidente e principal acionista da empresa, voltou a garantir que venderia operações neste ano. A ideia é levantar de R\$ 2 bilhões a R\$ 3 bilhões com desinvestimentos em 2018.

Na primeira vez que levantou a possibilidade de alienar ativos, tinha acabado de publicar o balanço de 2014. Naquela época, sua dívida líquida era de R\$ 18,91 bilhões, com alavancagem, medida pelo índice que relaciona dívida líquida e lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de 4 vezes.

Em 2017, último resultado divulgado, a dívida subiu para R\$ 26,27 bilhões, e a alavancagem, para 5,7 vezes.

Nesse meio tempo, a CSN vendeu apenas a fabricante de latas de aço Metalic, por US\$ 100 milhões (R\$ 300 milhões na época).

Para a LLC, sua laminadora nos Estados Unidos, apontada como grande possibilidade de desinvestimento, Steinbruch disse recentemente que vai investir US\$ 80 milhões para dobrar sua capacidade. No caso das ações da concorrente Usiminas que possui em carteira - e está obrigada a vender pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) -, o investimento mais líquido a ser alienado, ainda pretende manter o máximo possível. E está disposto a brigar para tentar receber o mesmo preço pago por Ternium aos antigos donos para entrar na companhia.

"Mais uma vez nos decepcionamos com o fato de a melhora do balanço não chegar e a dívida líquida continuar aumentando no trimestre, mesmo considerando todos os benefícios no lado dos preços", escreveram, em relatório, os analistas Leonardo Correa e Gerard Roure, do BTG Pactual. Eles classificam a desalavancagem como "abaixo de seu potencial".

A meta da CSN ainda é de ficar com alavancagem abaixo de 3,5 vezes, algo Steinbruch crê ser possível em 2018. "Não tivemos ainda a redução da alavancagem conforme o esperado. Mas devemos chegar ao fim do ano com bastante conforto", declarou o presidente da CSN na teleconferência.

Além de até R\$ 3 bilhões em venda de ativos, ele aposta na recuperação dos resultados para atingir a meta. Sua previsão é que a receita líquida da CSN cresça 20% durante este ano, o que a levaria para acima de R\$ 22 bilhões. A margem - ou seja, a rentabilidade, geralmente medida pelo Ebitda - também subiria no mesmo ritmo, afirmou.

Esse fortalecimento das operações viria tanto de vendas maiores, esperado pelo crescimento da economia, quanto de reajustes de preço em 2018. Na siderurgia, o diretor comercial da CSN, Luis Martinez, projeta aumento de 7% em junho, caso a cotação internacional se mantenha forte. E a perspectiva de preço também é positiva para cimento. A rentabilidade de todos os negócios ainda seria beneficiada pela diluição dos custos fixos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Clealco busca novos investidores

Sete meses após reestruturar uma dívida de R\$ 1 bilhão com bancos credores, o grupo sucroalcooleiro Clealco, dono de três usinas em São Paulo, está procurando investidores que possam injetar capital na companhia, seja por meio de uma participação minoritária, majoritária ou mesmo da venda total das usinas, afirmou o CEO da companhia, Alberto Pedrosa, ao **Valor**.

O executivo disse que não há um "prazo" para realizar uma transação e que a busca por um investidor ocorre de forma "serena". Mas admitiu que, diante do atual cenário de baixos preços do açúcar, a companhia "está se preparando para continuar sua operação" e que só uma capitalização permitirá "retomar o ritmo de expansão e de investimentos industriais". Para a safra 2018/19, a Clealco planeja moer 7,5 milhões de toneladas de cana, ante 8 milhões de toneladas no ciclo 2017/18.

Após a renegociação das dívidas com os bancos no ano passado, os sócios da Clealco decidiram não colocar mais recursos na companhia. A busca por investidores está sendo realizada pelos bancos Santander e Itaú BBA.

Segundo uma fonte, a venda das usinas de Clementina e Queiroz pode levantar entre R\$ 400 milhões e R\$ 500 milhões, dada a capacidade de moagem de cada uma, de 3,5 milhões de toneladas de cana por safra e 4,5 milhões de toneladas de cana, respectivamente. Pedrosa afirmou, porém, que não há um valor mínimo que a empresa pretende levantar com uma capitalização.

Ele disse que a usina de Penápolis, cujas atividades foram suspensas em meados de 2017, atraiu "vários interessados", mas não deu detalhes. A unidade tem capacidade de moer até 2 milhões de toneladas de cana e não deve operar na safra 2018/19 por causa da falta de cana na região.

Em algumas semanas, a companhia receberá um adiantamento de US\$ 30 milhões de tradings de açúcar. O recurso deverá garantir o capital de giro da companhia e entrará como Pré-Pagamento de Exportação (PPE). Segundo Pedrosa, é comum a Clealco receber recursos adiantados neste momento da safra.

A empresa também está sendo cobrada na Justiça por vários fornecedores. Parte reclama de pagamentos não realizados e alguns pedem a rescisão do contrato de fornecimento. Apenas no Foro de Birigui, as ações por cobrança de valores em atraso desde o fim de 2017, apresentada por fornecedores, estão por volta de R\$ 20 milhões. Segundo Pedrosa, menos de 2% do volume de cana a ser moído na nova safra refere-se a "acordos comerciais em discussão". Ele acrescentou que a empresa procura fornecedores para comprar cana para ser moída na nova temporada.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Agronegócios****Autor: De São Paulo****Título: Justiça rejeita oferta de compra da São Fernando**

A proposta da Pedra Angular - veículo de investimento liderado pelo economista Winston Fritsch - para comprar a Usina São Fernando, que era da família de José Carlos Bumlai e teve a falência decretada em 2017, foi rejeitada pela Justiça sul-mato-grossense. Em despacho na segunda-feira, o juiz Jonas Hass Silva Júnior, da 5ª Vara Cível de Dourados, julgou que a oferta da Pedra Angular não oferecia garantias de que os investidores tinham capacidade financeira e não financeira para tocar o negócio.

Fritsch e os investidores Rodrigo Aguiar, que presidiu a Tonon Bioenergia, e Paulo Vasconcellos, fundador da Energias Renováveis do Brasil, haviam ofertado R\$ 825 milhões pela usina de Dourados, com pagamento em 20 anos, sendo R\$ 10 milhões à vista.

O juiz avaliou que a Pedra Angular é "incapaz de assumir tamanho compromisso" e que capital social da empresa "é ínfimo ante o tamanho das dívidas, do capital da massa falida, e do fluxo de caixa diário da massa falida". O magistrado ressaltou que o prazo de pagamento alongado significaria que menos de 10% da proposta seria paga nos cinco primeiros anos.

A decisão refletiu o parecer de oito credores que representam 60% da dívida da usina - de R\$ 1,5 bilhão - e que pediram a rejeição da proposta ao juiz. Foram eles o Banco do Brasil, o BNDES, a consultoria EXM Partners, a Agrofield Centro-Oeste, o BNP Paribas, a John Deere Brasil e a Monteverde Agro Energética.

Segundo uma fonte, que prefere o anonimato, os credores consideraram que a proposta estava abaixo do valor avaliado da usina e não contemplava os investimentos necessários. O valor de R\$ 825 milhões, trazido a valor presente, considerando-se a Selic em 6,5% ao ano, representaria menos de R\$ 350 milhões. O montante equivale a menos da metade do valor avaliado da usina, disse.

O único credor relevante favorável à proposta foi o Grupo Bertin, através da holding Heber Participações, que detém 11% do crédito da Usina São Fernando. O grupo foi sócio da usina até 2011, quando vendeu sua participação aos Bumlai.

MME / ASCOM .